

## A EDUCAÇÃO NO BRASIL APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO (1985-2002)

CLAUDIVAN SANTOS GUIMARÃES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Resumo:** O artigo apresentado se solidifica em revisão do pensamento educacional de autores que expõe a educação no Brasil nos período histórico posterior a queda do regime militar, contando com o embasamento entre outros de Altmann, Bueno, Frigotto, Libâneo, Pierro e Ricci, que em seus trabalhos levantam as hipóteses para a atual crise educacional brasileira, demonstrando desde motivações que se fez eclodir as reformas do sistema educacional da nação, a relação dos agentes financeiros internacionais na construção do ideário de educação no país, fortalecido pelos governos democráticos instituídos pelo voto direto na pós-ditadura. Esse trabalho traz em maior destaque o instante histórico em que o então, Presidente Fernando Henrique Cardoso, dirigiu os rumos do país e com isso instituindo as reformas educacionais tão relevantes e a forma pela quais essas entraram em consonância com seu projeto econômico de desfragmentação, desestatização e liberalização.

**Palavras-Chave:** Educação, Redemocratização, Reformas.

**Abstract:** The article presented solidifies revision of educational thought of authors who exposes education in Brazil in later historical periods the fall of the military regime, counting on the foundation among others Altman, Bueno, Frigotto, Libâneo, Pierro and Ricci, that in his work raise the chances for Brazil's current educational crisis, showing from motivations that did hatch reforms of the educational system the nation, the relationship of international financial

*Revista Fundamentos, V.2, n.1, 2015. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí. ISSN 2317-2754*

agents in the construction of educational ideas in the country, strengthened democratic governments imposed by direct vote in post-dictatorship. This work brings in more prominent historical moment when the then President Fernando Henrique Cardoso, directed the direction of the country and thus establishing the so relevant educational reforms, and the way in which these come into line with its economic period defragmentation project, privatization and liberalization.

**Keywords:** Education, Redemocratization, Reforms.

---

## Introdução

O estudo realizado, que culminou neste artigo tem como natureza a recapitulação histórica, que inicia com a abertura do nacionalismo ao capital estrangeiro ainda no governo militar de, Ernest Geiseil, passando pela implementação do governo de José Sarney, vice na chapa encabeçada pelo então Presidente eleito Tancredo Neves, Sarney assume a Presidência da República depois da morte do mesmo, enfrenta um país com rumos incertos como consequência de uma abertura política para a democracia plena, sem modelos econômicos e sociais estabelecidos obrigado a sobreviver sob a legislação ainda do antigo regime, e ao mesmo tempo, recriando um cenário político para a democracia do país, por meio do processo de edificação da nova constituição que só efetivaria anos depois, em 1988.

Reavaliando os momentos cruciais de desenvolvimento de modelos educacionais incrementados no Brasil no período pós-constituição, que compreende o governo de Fernando Collor de Mello, a partir de pensamentos exteriores que embasariam as reformas educacionais ocorridas com princípios de mercado, voltado a livre concorrência e a profissionalização, num país que trilharia seus passos rumo à democracia plena no molde de instâncias internacionais neoconservadoras.

Este período é marcado por circunstâncias como o Impeachment que tirou Collor do poder em 1992, as adequações de seu sucessor, o então vice-presidente Itamar Franco, prosseguindo os mesmos atos de abertura de mercado e de uma educação voltada para as necessidades desse mercado, o que mais destacou seu governo foi a criação do Plano Real, iniciada pelo Ministro da Fazenda de seu governo, Fernando Henrique Cardoso, e posteriormente, em 1994, daria continuidade ao plano instituindo a moeda nacional, o REAL, mas na postura de Presidente da República Federativa do Brasil, onde durante dois mandatos consecutivos gerenciou a educação brasileira sem um plano que fosse capaz de reverter os entraves havidos na tentativa de desenvolvimento da educação nacional.

Por fim, o texto revisa o período mais próximo da educação brasileira, que se limita ao processo de transição entre os governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e a construção do Plano Nacional de Educação no ano de 2001, com objetivos para os dez anos seguintes, finalizando com as remodelações do seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, e a implementação de uma escola pública para todos, tendo como marco significativo a continuidade de modelos neoliberais, mas sob perspectivas alinhadas ao caráter social.

## **O Arquétipo do Sistema Educacional Brasileiro na Redemocratização**

Assim como os demais países da América Latina, ou melhor, do mundo capitalista como um todo, o Brasil refletiria inovações impenetradas no seu ideal de nação com o surgimento de novas tecnologias, da necessidade de expandir economicamente, de construir uma sociedade com características a partir de modelos internacionais.

Sob tal reflexão é que se construiu a partir da década de 1980 uma educação para todos, uma educação que deveria ser construída a fim de atender as demandas do mercado, direcionada para a formação de professores e formar pessoas capazes de operar as novas tecnologias. Por isso é que foram ampliadas no Brasil as reformas educacionais, com o intuito de garantir as exigências de um mundo sofisticado em que a melhor maneira de sobreviver é a partir da exploração da força de trabalho humano: Conforme RICCI (2003):

Revista Fundamentos, V.2, n.1, 2015. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí. ISSN 2317-2754

A década de 80 do século passado marcou uma vaga de reformas educacionais em todo o mundo. Inicialmente, em virtude da pujança econômica dos países do leste asiático e de significativo investimento na educação de sua população, os projetos voltados para a formação de profissionais mais qualificados para criar e operar com tecnologias sofisticadas ganharam a atenção de inúmeros artigos e ensaios. O vínculo entre novas exigências profissionais e projetos educacionais ganharia projeção em diversas proposições internacionais. RICCI (2003, p. 92)

O que se viu foi a implementação de modelos voltados às exigências de organismos internacionais que investiam recursos financeiros, principalmente nas economias emergentes, e em troca exigia resultados baseados em formatos fixados por eles.

No caso Brasil, os organismos de forças exteriores influenciaram as reformas educacionais na pós-ditadura. A redemocratização do ensino brasileiro mesmo ferindo os princípios da então aprovada Constituição Federal de 1988, elaborada de forma participativa, sob o agrupamento dos diversos grupos sociais, organismos como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento se infiltraram no sistema educacional brasileiro mesmo depois de governo populista de Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas para entender as mudanças ocorridas na educação brasileira ao longo da redemocratização do país é interessante limitar o estudo aqui proposto, voltar o olhar sobre a transição do regime onde se verifica as motivações que desencadearam em reformas na educação no Brasil. Motivações essas que foram o centro do epicentro gerador das mudanças. Foram três as principais motivações: Motivações pedagógicas, Motivações sociais e Motivações políticas.

Distintas no campo de atuação, mas tênues nas consequências de reavaliação da educação nacional. Ricci (2003), elaborador dessa teoria motivadora, que no campo pedagógico “O governo federal reorganizou os objetivos curriculares a partir da necessidade econômica de expandir a oferta de mão-de-obra para a indústria de bens de consumo durável, em franco

desenvolvimento naquela década”.<sup>1</sup> O que se observou na década em mudanças pedagógicas foi a introdução de disciplinas semiprofissionalizantes nos níveis de ensino fundamental e médio, modalidades curriculares incorporadas a partir de arquétipos anglo-saxônicos.

Nesse período é que se visualizou a entrada de concepções pedagógicas inovadoras já difundidas no ocidente como o *Construtivismo*, que se desenvolveu na educação brasileira pelas escolas privadas, principalmente na educação infantil.

Essas mudanças sustentaram outras ainda maiores ocorridas na década de 1990 com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual se enfatizará em outro momento desse texto.

Sobre as motivações sociais, o que Rucci (2003), incrementa são pensamentos sobre a relação da falta de qualidade escolar advinda de um processo de desarticulação da família nas décadas de 60 e 70:

...entre a década de 60 e 70 ocorreu uma grande alteração na relação entre gerações. A desmontagem da família como “ninho” aumentou a probabilidade de adolescentes organizarem opiniões autônomas, muitas vezes diametralmente opostas às convicções de seus pais. (RUCCI, 2003, p. 104)

Para Rucci (2003) a desarticulação da família está envolvida com as novas exigências do mercado de trabalho. As mudanças no mercado mudariam a composição das famílias originais, pois os pais precisam passar mais tempo no trabalho, sobrando menos espaço para cuidar dos filhos e os educarem. Sobraria então para a escola esse papel, mas os professores e a própria estrutura escolar não estava preparada para essas mudanças. Ao ambiente escolar, ficou delegada a função de discutir assuntos que diziam respeito à família, é nesse sentido que a escola se obrigou a elaborar projetos que atendessem a essa demanda social.

---

<sup>1</sup> Apud RICCI, Rudá. Vinte anos de reformas educacionais. Revista Iberoamericana, número 31, abril de 2003, pág. 93

Politicamente as motivações negavam elaborar modelos que transmitissem ideias fomentadas pelo regime militar, contudo se depararia com iniciativas muito similares:

A política educacional vinculou-se de maneira direta ao aumento de oferta de postos de trabalho industrial, restringindo as preocupações pedagógicas. A tentativa de formação de um corpo técnico de nível médio no Brasil foi a tônica da reorganização do sistema de ensino. (RUCCI, 2003, p. 106)

As mudanças feitas na educação, embora por aqueles intelectualmente acadêmicos, não visava a construção de uma sociedade intelectual. Contudo segundo Rucci (2003), “a nova educação deveria atender as classes populares”, um perfeito molde de educação para todos. As reformas que se seguiram depois da Magna Carta de 88 deveriam visar uma efetiva participação social, com respeito às diversidades, valorização do profissional em educação e implementação de gestão democrática nas escolas.

Essa política defendida pela CF/88, ampla e generalizada encontraria as deficiências da aplicabilidade na divergência com modelos neoliberais de educação infiltrados no país no processo de redemocratização, com o suporte das agências financeiras internacionais como o BIRD (Banco Mundial), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), FMI (Fundo Monetário Internacional), e as organizações para o desenvolvimento da educação da ONU (Organização das Nações Unidas - UNESCO e UNICEF).

Ao longo da história democrática efetiva de nosso país essas instituições mantiveram posição de destaque no desenvolvimento de ações para a educação, gerenciando, deliberando e avaliando o sistema educacional brasileiro.

É claro que, para aquele que investe os resultados precisam ser positivos, e como consequência suas orientações são a base para que o sucesso das ações sejam garantidas. Nessa contramão das reformas é que o Brasil se apoiou formulando para si planos de educação transplantados.

Nesse sentido Bueno (2004), salienta os interesses do Banco Mundial pela valorização da educação nos países em desenvolvimento:

O Banco Mundial não tem digamos, uma personalidade acadêmica. Ele representa um conjunto de forças e idéias oriundas dos países centrais que têm como principal escopo, a defesa de seus interesses. Nesse sentido faz a intermediação de tendências e receitas imbutidas, em última instância, em projetos de financiamento. Nesse quadro a pressão para que se adote um determinado modelo de gestão vem imbricado num pacote completo de reformas sugeridas, dentre as quais as reformas educacionais. BUENO (2004, p. 447)

Os modelos econômicos adotados pelo Brasil na reconstrução da nação foram transplantados ainda fora do tempo cronológico da redemocratização, da década de 70 é que esses moldes se fixaram gerenciando a educação ainda sob o cabedal dos generais. Explicita Bueno (2004):

Os anos 70 em especial foram prolíferos na importação e transplante de modelos de planejamento, avaliação administração e supervisão. Embora se enfatizasse que tais modelos deveriam ser abertos e flexíveis, eles eram adotados geralmente como referenciais fixos e o segredo do seu sucesso parecia repousar no “rigor científico” do seguimento de passos propostos. Bueno (2004, p. 448):

As reformas educacionais que se seguiam estariam emaranhadas de concepções liberais propostas pelo Banco Mundial. Essa liberalização propunha uma abertura das fronteiras nacionais, e pela educação estaria o meio de disseminar essa concepção em países periféricos como o Brasil.

Esses modelos e os reflexos das ações destes serão melhores visualizados durante o período do governo Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 2002, em que a abertura fiscal, termo denominado para a abertura do mercado nacional ao investimento do mercado externo, fez com que a educação estivesse voltada a esses princípios sócio-conformistas, como se apresentará na seção seguinte.

## **Os Governos Democráticos dos Anos 90 e sua Relevância Educacional**

O que se percebe ao longo dos anos 90 é a presença de governos democráticos com características populares surgidos da esperança nacional de redescobrimto do ideal de Brasil.

Ainda sob o governo de José Sarney em 1988, a Constituição Federal é aprovada, efetivando a redemocratização do país. Com essa nova legislação surgem também propostas educacionais que redefinissem a escola de maneira geral. Propostas como: valorização das realidades locais, descentralização da educação, tanto administrativa quanto pedagógica, maior valorização do professor, inserção das camadas populares e menos providas financeiramente, estas então sustentariam as mudanças já indicadas pela Constituição de 1988.

Os anos de 1990 surgiam como a década da educação, o espírito de reforma estava no ar, seguindo tendências mundiais. Nesse mesmo ano ocorre a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jomtien, Tailândia, de 05 a 09 de março. No evento foi inaugurado um projeto educacional mundial financiado por agentes financeiros internacionais como a Unesco e Unicef, ambas da Organização das Nações Unidas, que teria como principal objetivo a “satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”.

Na Conferência, 155 países estiveram presentes e entre eles o Brasil, que foi um dos mais cobrados em realizar ações que diminuísse sua taxa de analfabetismo a qual figurava entre uma das maiores. Conforme aponta FRIGOTTO (2003):

O Brasil, como um signatário entre aqueles com maior taxa de analfabetismo do mundo, foi incitado a desenvolver ações para impulsionar as políticas educacionais ao longo da década, não apenas na escola, mas também na família, na comunidade, nos meios de comunicação, com o monitoramento de um fórum consultivo coordenado pela Unesco. FRIGOTTO (2003, p. 98)

Percebe-se a linha educacional que se seguiria, um país com poder intelectual suficiente para trilhar caminhos educacionais próprios, mas que tendeu a seguir por políticas educativas importadas através de agências internacionais que visavam prioritariamente o bem-estar do mercado capitalista, sendo muitas as organizações econômicas que buscariam pela educação a forma de atingir resultados favoráveis economicamente.

Frigotto (2003) explicita que já no ano 2000, 10 anos depois, a posição de rentabilidade do mercado através da educação expressada pela OMC – Organização Mundial do Comércio. “É interessante ter presente o papel da OMC, pois em 2000, numa de suas últimas reuniões, [Revista Fundamentos, V.2, n.1, 2015. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí. ISSN 2317-2754](#)

sinalizou para o capital que um dos espaços mais fecundos para negócios rentáveis era o campo educacional”.

O governo que se iniciara na década passada era o de Fernando Collor de Melo, o qual durou pouco menos de dois anos em virtude de ter sido alvo de um processo de *Impeachment*, mas que mesmo assim, deu início a formulação do Plano Decenal de Educação para Todos que se efetivou posteriormente, no Governo de Itamar Franco.

No início da década ainda é que também deu início a discussão sobre a nova LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que somente floresceria seis anos depois, substituindo a LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1964, aquela inicialmente formulada pelo educador Darcy Ribeiro, mas que em síntese não se manteve como originalmente se previu, discussão essa que será retomada futuramente.

Os governos democráticos da década de 90 se apoiaram em modelos neoconservadores tomados por ideais de flexibilização da economia interna para as transnacionais estrangeiras, comprometimento com a educação básica, por ser esta a principal porta de geração de conhecimentos Técnico-Científico, criação de uma nova moeda com comportamentos econômicos que satisfizessem as grandes potências econômicas.

Utilizando o período histórico que compreende os mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2001) como objeto de aprofundamento dessa revisão teórica é perceptível a construção de arquétipos educacionais ortodoxos e neoliberais. Como indica FRIGOTTO e CIAVATTA (2003):

... se trata de um governo que conduziu as diferentes políticas de forma associada e subordinada aos organismos internacionais, gestores da mundialização do capital e dentro da ortodoxia da cartilha do credo neoliberal, cujo núcleo central é a idéia do livre mercado e da irreversibilidade de suas leis. FRIGOTTO e CIAVATTA (2003, p. 103)

Cardoso construiu um governo de centro-direita, seguindo doutrinas internacionais para tornar o Brasil seguro para o capital estrangeiro, adotando o culto ao neoliberalismo econômico,

para isso então foram realizadas reformas políticas, econômicas e educacionais que estruturassem o país.

Seguindo a filosofia da descentralização, desregulamentação, (esta seria as reformas previdenciárias e a reforma do Estado, a fim de inibir as leis naturais de mercado e para isso utilizar as normas legislativas) e autonomia. Com a descentralização e a autonomia os agentes poderiam competir e disputar no mercado a venda de seus serviços e produtos. Em Frigotto (2003), apresenta outra política adotada por FHC, constituía-se na abertura para a privatização de bens do estado, em que concretizasse a visão de “máximo de mercado e mínimo de estado”, demonstrava assim a abertura fiscal de pensamento neoliberal que seu governo desempenharia. Eis o pensamento de RIBEIRO apud FRIGOTTO, sobre as consequências para o campo social diante do ajuste fiscal de Cardoso:

“...a sociedade contra o social”, onde “no discurso dos governantes ou no dos economistas a ‘sociedade’ veio a designar o conjunto dos que detêm o poder econômico, ao passo que o ‘social’ remete, na fala dos mesmos governantes ou dos publicistas, a uma política que procura minorar a miséria”. FRIFOTTO (2003, p. 106)

Diante de tais constatações podem-se avaliar quais as relevâncias que a educação teve no governo FHC, um modelo de educação desenvolvimentista, neotecnicista, que conformasse as teorias das grandes financiadoras internacionais o que pese entender que de alguma forma o modelo brasileiro de educação indicado na Constituição Federal de 88 seria um pouco fadado a abranger as exigências do mercado mundial.

As novas roupagens da educação no governo de FHC partiam para o aspecto da ideologia de mercado, em que as formas de dominação mudariam de características, mas manteriam os objetivos. Conforme diz FRIGOTTO (2003):

É o governo Cardoso que pela primeira vez em nossa história republicana, transforma o ideário empresarial e mercantil de educação escolar em política unidimensional do

estado. Dilui-se, dessa forma o sentido de público e o estado passa a ter predominantemente uma função privada. Passamos assim, no campo da educação no Brasil, das leis do arbítrio da ditadura civil-militar para a ditadura da ideologia do mercado. FRIGOTTO (2003, p. 107).

O Ministro de Educação do governo FHC, Paulo Renato de Souza, o qual esteve oito anos a frente do Ministério e que já teria em seu currículo o histórico de Consultor do Banco Mundial (BIRD), fato esse que elucida ainda mais o porquê da educação brasileira seguir tão fielmente as exigências do mercado mundial.

Estando a educação em crise pela falta de políticas públicas que satisfizesse as exigências da sociedade, uma das estratégias do governo então foi introduzir em alguns estados a educação à distância pela compra de pacotes do “Telecurso 2000” da Rede Globo de Televisão, essa estratégia barateava os custos da educação básica.

O que se elencou no Brasil durante o espaço de poder de FHC foi um processo de programas e ações a fim de frear a crise da educação, os agentes internacionais pressionavam resultados e o país respondia com a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, Exame Nacional de Avaliação de Cursos (Provão), a Avaliação dos Cursos Superiores, todos esses sistemas que serviram e ainda são utilizados para avaliar a qualidade da educação nas diversas modalidades.

O que se contesta a priori é a formulação de tais avaliações, pois construídas a partir de generalizações, pode não refletir realidades concretas.

Para gerenciar os recursos, o Ministério da Educação em parceria com as Secretarias de Educação subnacionais realizariam, portanto, um Censo Educacional rotineiramente que permitisse gerir, através dos resultados estatísticos das esferas governamentais.

Outros programas foram criados pelo governo FHC, como meio para cumprir as perspectivas educacionais apresentadas em seu programa de governo no intuito de eximir as taxas de repetência e evitar o brutal desperdício financeiro pelos esforços feitos na educação.

São exemplos: o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, fica sob a responsabilidade dos professores em cada escola a escolha do livro a ser utilizado em sala de aula, livros estes já avaliados previamente pelo Ministério da Educação. Contudo essa medida não atendeu ao déficit de investimento em bibliotecas, o governo priorizou a instalação de microcomputadores nas escolas.

Outra forma de tentar combater as deficiências na educação brasileira pelo então governo, outrora citado, foi apoiar programas de iniciativa privada, filantrópica ou do próprio MEC, com o objetivo de inserir a família na realidade escolar. Explicita ALTMANN (2002):

O governo brasileiro tem-se empenhado em convocar os pais e a comunidade para uma maior participação nos assuntos escolares, como demonstra o projeto Amigos da Escola e o Dia da família na escola (24 de abril). Por meio de uma ampla campanha na mídia, o projeto Amigos da escola convoca a sociedade civil a prestar serviços voluntários às escolas. ALTMANN (2002. p. 82)

O que Altmann (2002) não explicita é que é relevante compreender, que os incentivos do governo FHC, fazem parte do seu projeto político administrativo de flexibilização do mercado, eximindo o estado da responsabilidade sobre a educação pública. Segundo Frigotto (2003):

As apelativas e seqüenciais campanhas de “adote uma escola”, “amigos da escola”, “padrinhos da escola” e, depois, do “voluntariado” explicitam a substituição de políticas públicas efetivas por campanhas filantrópicas. No âmbito organizativo e institucional a educação básica, de direito social de todos, passa a ser cada vez mais encarada como um serviço de filantropia. Frigotto (2003. p. 115)

Voltando aos programas de investimento da educação no Brasil foram implementados o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mesmo criado em 1968, ficou a partir de então com a responsabilidade de angariar recursos e distribuir através de assistência aos estados e municípios, maior parte dos recursos eram oriundos do Salário Educação –SE, contribuição obrigatória de empresas privadas para a educação dos funcionários. O FNDE no governo de FHC ficou com a incumbência de assistir os programas criados como o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar que tem como objetivo:

Garantir pelo menos uma refeição diária nos dias letivos. Cada alimentação deve oferecer 350 quilocalorias e 9 gramas de proteínas, ou seja, 15% das necessidades diárias de proteínas. Para isso, o custo é de 0,13 real para crianças do ensino fundamental e de 0,06 real para a pré-escola e para entidades filantrópicas. LIBÂNEO (2007. p. 186)

Surgiu na mesma época o Programa Nacional de Transporte do Escolar (PNTE), o programa efetua o repasse de recursos do FNDE aos municípios para a aquisição de veículos, no intuito de minimizar as distâncias do aluno à escola.

Para atender a demanda que ficou excluída pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), incluiu o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), com o objetivo de distribuir obras literárias e de referência às escolas de Ensino Fundamental da rede pública.

A partir do programa governamental “Comunidade Solidária” criado em 1995, surge o PNSE – Programa Nacional Saúde do Escolar, na responsabilidade de desenvolver ações de saúde para detectar e sanar os problemas que interferirão na aprendizagem de alunos pobres das capitais.

Além desses, um dos destaques foi a criação do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, que possibilitou a transferência de recursos da união diretamente às escolas, esse programa atende as exigências da Conferência Mundial “Educação para Todos” de descentralização da gestão educacional. Embora pedagogicamente continuasse centralizada. LIBÂNEO (2007) identifica os objetivos do programa:

O objetivo desse programa, além de melhorar a qualidade do ensino fundamental, é envolver a comunidade escolar a fim de otimizar a aplicação de recursos. As escolas os recebem de acordo sua localização regional e com o número de alunos conforme dados do Censo Educacional. LIBÂNEO (2007, p. 185)

Os programas criados e toda a rede de incentivos à educação não favoreceu em síntese a efetiva melhora na qualidade da educação brasileira, um fator preponderante foi a falta de recursos suficientes as outras modalidades de ensino como a Educação Infantil, o Ensino Médio e Técnico que em maior parte esteve sob a gerencia dos estados, além da Educação Especial e a de Jovens e adultos. PIERRO (2000) identifica que a falta de investimentos nas demais modalidades da educação pública é proveniente dessas não atenderem as necessidades do mercado. E ainda salienta:

Assim, podemos afirmar que a vigência de novos instrumentos jurídicos e políticos elaborados no processo de redemocratização das instituições brasileiras não afetou a posição relativa da educação de jovens e adultos no gosto educacional; assim como a educação dos portadores de necessidades especiais, a educação de jovens e adultos permaneceu como área não prioritária de investimento público. PIERRO (2000, p. 14)

Diversas modalidades de ensino foram excluídas do financiamento público da educação, as dificuldades de gerenciamento de recursos causaram danos na Educação Básica, a Educação Infantil foi mantida sob responsabilidade dos municípios, sem recursos da união muitos deles que sobreviviam quase que exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios – FPM não conseguiam investir na área.

Outra inovação do Governo FHC foi a criação do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o chamado Fundão, que eximiu a aplicação de ações que não fossem no Ensino Fundamental, na época correspondente de 1ª a 8ª séries, hoje com nomenclatura de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental após a aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE em 2001. Os recursos do fundo

deveriam ser aplicados 60% em pagamento de professores e os outros 40% em manutenção do sistema.

Criado em 1996 pela Lei 9.424, o FUNDEF seria impulsionado pelos recursos provenientes da captação de impostos como o IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, e o ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Complementa Libâneo (2007):

Como o próprio nome indica, ele deve ser usado apenas no ensino fundamental, que é obrigatório e constitui dever do estado e para a valorização do magistério. A Lei que o criou a 9.424/96, estabelece que 15% do FPE (ou do FPM, para os municípios), do IPI exportação e do ICMS devem ser usados para o ensino fundamental, levando em conta os alunos matriculados em cada sistema de ensino e o custo mínimo anual por aluno. LIBÂNEO (2007, p. 197).

Nesse mesmo espaço o governo de Cardoso cria os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's no intuito de organizar os níveis escolares da educação brasileira feito por educadores internacionais, foi um dos marcos das reformas educacionais brasileira. Demonstraria nesses Parâmetros o modelo neoliberal adotado por FHC, com o sustentáculo do Ministro Paulo Renato de Souza.

As reformas durante os seis primeiros anos da década de 90 culminarão na aprovação pelo Congresso Nacional da Lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em substituição da LDBEN de 1964, formulada desde o início da década de 90 por educadores imbuídos do sentimento de redemocratização que se infiltrava no país desde o fim do regime militar.

Mas as mudanças propostas pelos educadores socialistas, não foram acalentadas pelo governo FHC, em virtude de não atenderem as necessidades econômicas de sua política de desfragmentação e desestatização da nação.

A nova LDB aludia entre outras instâncias a formulação do Plano Nacional de Educação que só foi concretizado no final do mandato, no ano de 2001, maior valorização do Ensino Profissional, inclusão do princípio de gestão democrática e inclusão da Educação a distância como modalidade indispensável, formulada a atender princípios mercadológicos com a proposta de uma educação popular, uma educação que atendesse prioritariamente as camadas mais frágeis da sociedade brasileira. Eis os princípios embaixadores dessa legislação:

- I – Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei;
- IX – Garantia de padrão de qualidade;
- X – Valorização da experiência extra-escolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (LDB. 2007, p. 03)

Mesmo que na LDB em seu artigo 87, §1º obrigava a criação de um Plano Nacional para a Educação um ano após a vigência da Lei, o governo FHC não conseguiu construir o plano em tempo hábil.

Somente em 2001, após 05 anos de vigência da LDB o PNE foi incorporado criando estratégias e diretrizes para a educação do país de 2001-2010, mesmo assim com vetos do Presidente Fernando Henrique Cardoso ficaria para seu sucessor Luiz Inácio Lula da Silva a tarefa de reexaminar o plano.

## A Gênese do Governo Lula e as Reformas Educacionais

O início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002, propôs para a educação mudanças em todas as modalidades de ensino desde a Creche ao Ensino Superior. Para isso formulou um programa de governo educacional que levasse a escola pública a todas as regiões do Brasil, denominado “Uma Escola do Tamanho do Brasil”. Como expressa no documento do Programa PT apud Libâneo (2007):

A educação é uma área que deverá contar com diferenças de tratamento em relação ao passado próximo e distante. O título do programa para educação, expressa a prioridade que o governo propõe oferecer à área. “Pensar a educação como uma ação relevante na transformação da realidade econômica e social do povo brasileiro é pensar numa escola do Tamanho do Brasil”, é o que diz o programa. Programa PT apud Libâneo (2007. p. 209)

Deixado de herança mudanças de paradigmas educacionais, o governo Lula teve que remodelar essas mudanças para uma realidade nacional. Anos antes de seu governo tinha sido aprovado o PNE, o qual seria reavaliado pelo novo governo a fim de trazer as mudanças para eixos mais presentes, levando em conta a necessidade da nação, tendo como objetivos norteadores de seu programa educacional a solidariedade dos entes federados para garantir a universalização da escola pública, além de elevar a média de escolaridade dos brasileiros.

O projeto do governo Lula direcionava-se a partir de diretrizes básicas para a efetividade desse projeto. Como indica LIBÂNEO (2007):

Para garantir a educação como direito, o projeto de educação do governo Lula obedecerá a três diretrizes gerais: a) democratização do acesso e garantia de permanência; b) qualidade social da educação; c) instauração do regime de colaboração e da redemocratização da gestão. LIBÂNEO (2007. p. 209)

Celebrando a democratização do acesso e garantia da permanência na escola é que o início da gestão do Governo Lula financia as expectativas de educadores que elaboraram o projeto de LDB inicial, mas vetado por FHC, em que a democracia plena exige do estado

garantir o acesso aos meios que o estado é obrigado a tornar disponível a fim de cumprir os princípios da Constituição federal de 1988.

O projeto do governo LULA indicava a abrangência de sua atuação, fazendo da educação um objeto de resgate dos valores sociais do ser humano, dividindo várias ações para as diversas modalidades da educação brasileira, um dos pontos bem fundamentados nesse projeto é a inclusão social pela educação, no intuito de reduzir a pobreza.

Por outro lado, os modelos herdados do governo FHC ainda permaneciam emaranhados sensivelmente nas propostas do projeto Lulista, a inclusão social através de programas assistencialistas oriundos do governo antecessor, como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás, programas surgidos no governo FHC no intuito de amortecer os impactos da pobreza na economia, com o combate à desigualdade social. Transformando para o título de Bolsa-família o governo Lula manteria de forma indireta esses modelos adotados pelo governo Cardoso, somado à permanência dos organismos internacionais na construção das ações desenvolvidas pelo Estado na educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se a partir desse estudo que as transformações educacionais ocorridas ao longo da história da educação brasileira nos períodos levantados, estão associados a alterações da política econômica, ou melhor, as mudanças econômicas ocorridas fizeram com que a educação progredisse ou retroagisse na sua missão de formar indivíduos para o mundo do trabalho.

Como se pôde perceber nesse estudo a inserção do país em pacotes econômicos internacionais ocasionou a desnacionalização da educação, o país remodelou os objetivos educacionais seguindo por caminhos pré-determinados, muitas vezes, ou melhor, na maioria delas impostos por uma política estrangeira.

Os agentes econômicos estrangeiros aproveitando a situação econômica fragilizada de um país saído de uma ditadura militar que sufocou por longos anos o ideal de nação incorporaram moldes que suplantasse as necessidades da nação em reconstrução. Logo, os governos institucionalizados que se seguiram ao longo dessa trajetória permitiram que tais mecanismos fossem implantados de forma até despercebida.

Por outro lado, o ideal de globalização que florescia alavancava para uma educação também mundializada com objetivos técnicos e que valorizava a educação profissional, e esse era o desejo das instituições financeiras formar uma nação pronta para as necessidades do capitalismo, aproveitando das capacidades de uma nação com força de trabalho tão abrangente e pouco instruída.

O que se viu, foi a instituição de uma educação voltada para a instrução limitada, principalmente pelo comportamento das instituições financeiras de apoiar exclusivamente a educação básica e eximir do estado à responsabilidade pelas diversas modalidades de ensino. Formando agentes dependentes da produção capitalista.

Pelas reformas terem sido conduzidas em momentos de crise econômica e esse setor estar focado em reverter a situação da crise que o país se encontrava pode considerar que buscar resultados rápidos como exige a economia, é um dos motivos para os avanços na educação serem tão sensíveis, pois esse campo da sociedade deve ser trabalhado em um esforço constante, que exige além do financeiro, planejamento com resultados menos rápidos e mais eficientes.

Logo, as reformas na educação brasileira não refletiram as realidades locais, uma vez que foram arquitetadas a partir de ideias generalizadas de educação onde o plano social e cultural de cada comunidade não foi protagonista.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **Influências do Banco Mundial no Projeto educacional brasileiro**. São PAULO: editora independente, 2002.

Revista Fundamentos, V.2, n.1, 2015. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí. ISSN 2317-2754

BUENO, Maria Sylvia Simões. **O Banco Mundial e Modelos de Gestão Educativa para a América Latina**. São Paulo: UEP, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. **Educação Básica no Brasil na Década de 1990: Subordinação Ativa e Consentida à Lógica do Mercado**. São Paulo: Unicamp, 2003.

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Aracaju: Síntese, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. – (Coleção Docência em Formação).

PIERRO, Maria Clara Di. **O Financiamento Público da Educação Básica de Jovens e Adultos no Brasil no Período de 1985/1999**. São Paulo: PUCSP, 2000.

RICCI, Rudá. Vinte anos de reformas educacionais. In: **Revista Ibero americana**, número 31, abril de 2003, páginas 91 a 120.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica: Completo e Essencial para a Vida Universitária**. São Paulo: Avercamp, 2006.